

Promotores tentarão reaver recursos do Banpará

Comissão acha elementos para cobrar R\$ 10 milhões desviados; Jader pode ser atingido

EDSON LUIZ
Enviado especial

BELÉM – A comissão de promotores que analisa os relatórios do Banco Central sobre o desvio de R\$ 10 milhões do Banco do Estado do Pará já encontrou elementos para abrir uma ação de ressarcimento dos recursos. O desfalque ocorreu na época em que Jader Barbalho (PMDB-PA), hoje presidente do Senado, era governador. Agora, o Ministério Público do Estado estuda qual será o procedimento, que poderá atingir o senador. O processo sobre o caso, que desapareceu misteriosamente há alguns anos, deve ser reaberto hoje pela Justiça estadual.

Durante cinco dias, os promotores se reuniram com dois técnicos do Banco Central para avaliar o relatório, com mais de três mil páginas, e concluíram que há a possibilidade de pedir o ressarcimento dos recursos desviados, que hoje estão em torno de R\$ 36 milhões. O problema é a forma de como isso será feito, já que o caso está sendo apurado também pelo Ministério Público Federal. Os peritos que trabalham para os procuradores da República em Brasília já avançaram nas investigações, inclusive descobrindo a existência de uma movimentação bancária feita por Jader, na época dos desvios.

Segundo promotores, há um dispositivo jurídico que permite transferir a responsabilidade da ação penal de um Ministério Público para outro. “Este tipo de atitude, que chamamos de litisconsorte, funciona como uma parceria”, explicou um dos promotores que faz parte da comissão de investigadores. Um outro meio que pode ser usado pelos procuradores é avocar uma ação popular impetrada na Justiça estadual pelo advogado Paulo Lamarão, que pede o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos desviados do Banpará. Há, ainda um terceiro caminho, uma ação própria – o meio mais provável a ser adotado.

Processo – Hoje, a juíza da 21.ª Vara Cível do Pará, Rosineide Cunha, receberá o relatório do BC sobre o Banpará e irá restaurar o processo que desapareceu em 1989 da 13.ª Vara, quando ainda não estava concluído. O pedido de reabertura do caso foi proposto pelo advogado Paulo Lamarão, desafeto de Jader há 18 anos, e contra quem já impetrou 16 ações judiciais. A juíza decide hoje se aceita a ação de Lamarão.

Ontem, Rosineide se reuniu com os promotores para definir a entrega do documento, já que a outra alternativa seria requisitá-lo ao próprio Banco Central. “O Ministério Público do Estado fica do outro lado da rua”, afirmou a juíza, indicando que o melhor caminho seria mesmo fazer o pedido direto aos promotores. Mesmo com a abertura do caso, dificilmente algum dos envolvidos poderá responder criminalmente sobre os desvios. Porém, como a parte administrativa só prescreve em 2004, o Estado poderá obrigar os responsáveis a devolver o dinheiro aos cofres públicos.